



DESAFIOS 2025
O FUTURO DO BRASIL EM PAUTA

Especialistas reconhecem que o pacote de corte de gastos do governo vai na direção certa, mas é insuficiente. Eles apontam problemas com o Congresso e veem um desafio maior para o reequilíbrio das contas públicas nos próximos anos

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



O governo não gosta muito da tesoura, essa que é a verdade, e os gastos públicos precisam ser contidos"

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos

Marcelo Ferreira/CB



O Brasil é um alcoólatra fiscal. Se ele começa a gastar, não consegue parar"

Selene Peres Nunes, especialista em contas públicas e uma das autoras da LRF

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



O gasto dos governos regionais está disparando. Nos últimos dois anos, cresceu 40%"

Manoel Pires, pesquisador do FGV Ibre e professor da UnB

Fiscal, o calcanhar de Aquiles

» ROSANA HESSEL
» VITÓRIA TORRES*
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Enquanto o dólar segue ganhando força frente ao real e passa a ser negociado acima de R\$ 6, desde a semana passada, em meio ao aumento da desconfiância do mercado financeiro em relação à capacidade do governo em fazer um ajuste fiscal, o consenso entre especialistas é que o quadro das contas públicas tende a se deteriorar cada vez mais. Economistas presentes no *CB Debate*, ontem, concordaram que o momento que o país atravessa é bastante complicado e, nessa reta final do ano legislativo, o Congresso resolveu jogar contra às iniciativas no caminho da austeridade das contas públicas e ao insistir na falta de transparências das emendas parlamentares.

Apesar de o pacote fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevendo uma redução de despesas da ordem de R\$ 71,9 bilhões, entre 2025 e 2026, o impacto orçamentário deverá ser bem menor. Pelas contas de Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, por exemplo, o valor ficará em torno de R\$ 56 bilhões.

Contudo, o analista, reconhece que a iniciativa está na direção correta que é buscar a redução do aumento das despesas obrigatórias, e, inclusive, mexe na correção do salário mínimo, mas "nasceu correndo atrás do prejuízo".

"Nós estamos vivendo um momento muito grave do ponto de vista da situação fiscal", afirmou. Salto ressaltou que um problema recorrente do governo atual, que é a dificuldade de cortar gastos. "Aqui, o governo não gosta muito da tesoura, essa que é a verdade, e os gastos públicos precisam ser contidos. Trata-se de você adequar o crescimento da despesa pública, que vem crescendo em termos reais de maneira significativa", complementou.

A especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, do Instituto de Finanças Públicas e uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), também apontou as dificuldades históricas do país em aprender com seus erros do passado para recuperar o equilíbrio fiscal conquistado no início da vigência da LRF mas ao flexibilizar a regra e criar "puxadinhos", como as pedaladas fiscais que serviram de base para o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o governo vem evitando fazer os ajustes necessários para conter o crescimento da dívida pública bruta.

"O Brasil é um alcoólatra fiscal. Se ele começa a gastar, não consegue parar", declarou Nunes, referindo-se ao fato de que o país iniciou um ciclo de aumento de gastos, primeiro com o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a pandemia, e agora, com a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que também optou por ampliar os gastos públicos. Embora a pandemia tenha

sido um evento global, a economista observou que o principal problema não foi o aumento de gastos em 2020, mas sim a decisão de continuar gastando após o fim da emergência sanitária.

Para a economista, muitas das dificuldades atuais já foram vividas no passado e as soluções encontradas, como o Plano Real e a LRF não podem ser flexibilizadas para evitar que o país volte a conviver com inflação acima de 1.000% ao ano. "O Brasil tem uma dificuldade grande de ter um aprendizado com as suas dificuldades fiscais", disse. Ela lembrou que, quando o Plano Real foi implementado, houve também a criação do tripé macroeconômico, em 1999, composto por metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante.

"A consolidação desse tripé foi possível devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, sancionada em 2000. No entanto, desde 2014, o Brasil tem se afastado desse modelo, com sucessivas flexibilizações fiscais que comprometem a sustentabilidade das contas públicas. "O grande problema é a perpetuação do desajuste", lamentou.

Com base no cenário atual, Nunes não vê boas perspectivas para 2025. "Vejo uma falta de compromisso de um lado do executivo e de outro do Legislativo em efetivamente ajustar as contas públicas. Vejo que as reformas realmente estruturais que o país precisa não estão sendo sequer cogitadas neste momento", declarou.

Desequilíbrios

Selene Nunes e Felipe Salto também fizeram duras críticas à postura do Congresso Nacional, que gera vários desequilíbrios fiscais. Para Nunes, o Legislativo não tem demonstrado um compromisso real em apoiar ajustes fiscais que possam garantir a sustentabilidade das contas públicas.

"No momento em que o pacote chega ao Legislativo e já é um pacote claramente insuficiente, ainda temos toda uma discussão para tentar modificar aquilo que foi enviado para tentar reduzir o pequeno ajuste fiscal que se pretende obter. Isso é, sem dúvida, um absurdo", disse, destacando a falta de apoio para medidas efetivas de correção fiscal. Ela também apontou os problemas estruturais que dificultam o ajuste fiscal, especialmente as vinculações de receitas no Orçamento público. "Se o governo não desvincular o Orçamento, vamos muito rapidamente chegar numa situação de um país que tem mais de 100% do Orçamento vinculado", alertou.

Salto, por sua vez, defendeu um consenso para um pacto nacional em torno do ajuste fiscal, com participação do Congresso. "Hoje, infelizmente, não existe e, enquanto isso não acontecer, nós vamos continuar às voltas com esse problema que é um problema estrutural antigo, não é de hoje, mas que está exacerbado no momento atual", disse.

O professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas

(FGV Ibre), Manoel Pires, concordou que a proposta do pacote fiscal é importante, mas ponderou que existem alguns pontos que podem perpetuar o desequilíbrio, como a proposta da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. "O governo apresentou uma outra parte do ajuste fiscal que dá uma sinalização contrária, e é exatamente essa sinalização que faz com que a gente antevêja a possibilidade de alguns desequilíbrios se perpetuar e, eventualmente, a dificuldade do governo de fazer o ajuste cíclico da economia, ou a proposta de Imposto de Renda", destacou.

Na avaliação de Pires, ao apresentar a proposta de renúncia fiscal junto com o pacote de corte de gastos, o governo gerou ruídos junto ao mercado financeiro e isso acabou se refletindo na forte alta do dólar, e, consequentemente, os aumentos na inflação e nos juros. Ele ainda destacou três riscos fiscais que serão desafiadores neste ano e nos próximos: o cumprimento do arcabouço fiscal, as emendas parlamentares e a descentralização fiscal. "O Congresso tem aprovado uma série de medidas que tira os recursos do governo federal e as distribui para os governos subnacionais. Com isso o gasto dos governos regionais está disparando. Nos últimos dois anos, cresceu 40%. É óbvio que isso vai gerar uma pressão de demanda agregada, uma falta de coordenação macroeconômica, aumento de juros e, consequentemente, mais inflação", disse.

* Estagiárias sob a supervisão de Rosana Hessel

"Temos visto um esforço enorme do governo"

» VICTOR CORREIA

O presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, elogiou, ontem, o trabalho do governo na busca do equilíbrio fiscal, mas ele reconheceu que o país ainda precisa alongar o prazo de vencimento dos títulos públicos para diminuir os custos com juros do endividamento de curto prazo.

"Temos visto um esforço enorme do governo, um esforço que eu chamaria hercúleo do ministro (Fernando) Haddad (da Fazenda), no sentido do cumprimento do entendimento e das atribuições, hoje, muito claras com relação ao respeito das regras fiscais", disse Vieira. Segundo ele, o maior desafio é resolver a questão do déficit nominal — que é o resultado da combinação do resultado primário e da conta de juros da dívida do setor público consolidado (que inclui os governos federal e regionais e as estatais federais), refletindo a necessidade de financiamento do setor público. Conforme dados do Banco Central, no acumulado em 12 meses até outubro, o déficit nominal somou R\$ 869,3 bilhões, o equivalente a 7,57% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse dado representa aumento de 20,7% em relação aos R\$ 720,1 bilhões (6,71% do PIB) contabilizados no mesmo período de 2023.

"O déficit nominal só vai ser resolvido com alongamento dos prazos dos

títulos públicos que, atualmente, estão em torno de quatro anos e meio, em média", destacou. Na avaliação de Vieira, é necessário estimular o sistema financeiro como um todo a buscar títulos com prazos maiores. "Com isso, desafia um pouco, ou de forma definitiva, a pressão que nós temos, hoje, sobre a dívida pública neste país", acrescentou.

O presidente da Caixa, ao comentar sobre a forte volatilidade no mercado financeiro nos últimos dias, e especialmente sobre a decisão do Banco Central de acelerar o ritmo de alta da taxa básica da economia (Selic), para 12,25% ao ano, e sinalizando outros dois aumentos da mesma magnitude, de 1,0 ponto percentual, na duas primeiras reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) no início de 2025, levando os juros básicos para 14,25% anuais. O executivo demonstrou preocupação com o impacto desses juros mais altos, dificultando o acesso ao crédito de pessoas físicas e de empresas, além do aumento do custo da dívida pública.

Sustentabilidade

Ao comentar sobre os desafios e oportunidades para 2025, Vieira destacou que a sustentabilidade continuará como um dos temas mais importantes para o país. Segundo ele, o papel da Caixa no estímulo a iniciativas

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



sustentáveis no Brasil, tende a ser mais fortalecido, porque isso será essencial para o desenvolvimento do país nos próximos anos. Vieira ressaltou que, dos R\$ 1,2 trilhão que o banco público possui em crédito concedido, a maior parte — R\$ 840 bilhões — é concedida para instituições "socioambientalmente adequadas e corretas".

A preocupação com sustentabilidade está em toda a operação da instituição

financeira, de acordo com Vieira, citando como exemplo o Selo Casa Azul, concedido aos projetos de habitação com geração reduzida de resíduos. O executivo contou ainda que a Caixa trabalha para eliminar o uso de papel em suas operações, e que, em 2025, o banco vai zerar a oferta de crédito em documentos físicos.

"Para vocês terem uma ideia, nós fazemos em média, no setor habitacional,

algo em torno de 3 mil operações por dia. Imagine o seguinte: para fazer uma operação dessa, nós usamos quase que uma resma de papel. São 80 páginas, isso é inconcebível", afirmou Vieira. Ele citou ainda que, na sexta-feira, assinará um acordo com catadores e coletores de lixo no valor de R\$ 50 milhões para melhorar a gestão da atividade, essencial para a reciclagem e reaproveitamento de materiais.



Para vocês terem uma ideia, nós fazemos em média, no setor habitacional, algo em torno de 3 mil operações por dia. Imagine o seguinte: para fazer uma operação dessa, nós usamos quase que uma resma de papel"

Carlos Vieira, presidente da Caixa